



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Praça Rui Barbosa, 01 – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-970
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.ls.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO
Gestão 2017/2020

LEI Nº. 023/2017
20/06/2017

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES
PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO
DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO
SUL ESTADO DO PARANÁ PARA O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL, ESTADO DO
PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A
SEGUINTE**

LEI:

Art. 1º - Esta Lei estabelece as Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Programa do Município de LARANJEIRAS DO SUL - ESTADO DO PARANÁ, relativo ao Exercício Financeiro de 2018.

Art. 2º - A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes da Lei Complementar 101 de 04/05/2000 tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita:

I - fornecida pelos órgãos competentes, quanto as transferências legais da União e do Estado;

II - projetada, no concernente a tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a serem realizadas, considerando-se os efeitos de alterações na Legislação, variação do índice de preços, crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante, acompanhadas do demonstrativo de evolução nos últimos três anos e da projeção para os dois seguintes e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º - Não será admitida reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, salvo erro ou omissão de ordem técnica e legal.

§ 2º - As operações de crédito previstas não poderão superar o valor das despesas de capital constantes da Proposta Orçamentária.

Art. 3º - O montante das despesas fixadas acrescido da reserva de contingência não será superior ao das receitas estimadas.

Art. 4º - A reserva de contingência não será inferior a 0,5% (meio por cento) do total da receita corrente líquida prevista e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 5º - A manutenção de atividades incluídas dentro da competência do Município, já existentes no seu território, bem como a conservação e recuperação de equipamentos e obras já existentes terão prioridade sobre ações de expansão e novas obras.

Art. 6º - A conclusão de projetos em fase de execução pelo Município, terão preferência sobre novos projetos.

Art. 7º - Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 8º - Na fixação da despesas deverão ser observados os seguintes limites, mínimos e máximos:

I - as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluídas as transferências oriundas de impostos consoante o disposto no artigo 212 da Constituição Federal;

II - as despesas com saúde não serão inferiores ao percentual definido na Emenda Constitucional nº 29;

III - as despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal incluindo a remuneração de agentes políticos, inativos e pensionistas e os encargos patronais não poderão exceder a 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida;

IV - as despesas com pessoal do Legislativo Municipal inclusive a remuneração dos agentes políticos, encargos patronais e proventos de inatividade e pensões não será superior a 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável nos termos da Emenda Constitucional nº 25;

V - o Orçamento do Legislativo Municipal deverá ser elaborado considerando-se as limitações da Emenda Constitucional nº 25.

Art. 9º - Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente serão programados para a realização de despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e outras despesas de custeio administrativo e operacional.

Art. 10 - Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei, a Lei Orçamentária e os seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se estiverem adequadamente contemplados os projetos em andamento, salvo se existentes recursos especificamente assegurados para a execução daqueles.

§ 1º - O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal, até a data de envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório dos projetos em andamento, informando percentual de execução e o custo total.

§ 2º - Serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 31 de março de 2017, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado, conforme indicado no relatório do parágrafo anterior.

Art. 11 - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2018, atendidas as despesas que constituem obrigação legal e constitucional do Município e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram o orçamento fiscal e da seguridade social, são as constantes do Anexo I desta lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos no projeto da lei orçamentária de 2018 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo Único: O Poder Executivo justificará, na mensagem que encaminhar a proposta orçamentária, a inclusão de outras despesas discricionárias em detrimento das prioridades e metas constantes do Anexo a que se refere o "caput" deste artigo.

Art. 12 - Na proposta da Lei Orçamentária a discriminação da receita e despesa será apresentada, respeitada a padronização estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional:

I - quanto a natureza da despesa, por Órgão e Unidade Orçamentária, detalhada por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recurso, sendo que o controle a nível de elemento e sub-elemento de despesa será efetuado no ato da realização do empenho, nos termos da legislação vigente;

II - quanto a classificação Funcional Programática, por função, subfunção e programa, detalhada em projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º - A critério do Executivo Municipal poderá o orçamento ser elaborado em nível de detalhamento menor, quanto a natureza de despesa, que o de modalidade de aplicação.

§ 2º - Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recurso.

§ 3º - A Lei Orçamentária incluirá os seguintes demonstrativos:

I - da receita, que obedecerá o disposto no artigo 2º, parágrafo 1º da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64, com alterações posteriores;

II - da natureza da despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;

III - do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias, demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;

IV - outros anexos previstos em Lei, relativos a consolidação dos já mencionados anteriormente.

Art. 13 - As emendas apresentadas pelo Legislativo que proponham alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, bem como dos Projetos de Lei relativos a Créditos Adicionais a que se refere o artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentados na forma e no nível de detalhamento estabelecidos na elaboração da Lei Orçamentária.

Art. 14 - São nulas as emendas apresentadas à Proposta Orçamentária:

I - que não sejam compatíveis com esta Lei;

II - que não indiquem os recursos necessários em valor equivalente à despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas suportadas pela mesma fonte de recurso, excluídas aquelas relativas às dotações de pessoal e seus encargos e ao serviço da dívida; pagamento de precatórios, obrigações tributárias e contributivas e os recursos destinados a manutenção mínima dos órgãos, unidades e atividades da administração.

Art. 15 - Poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões ou relacionadas a dispositivos do texto do Projeto de Lei.

Art. 16 - A existência de meta ou prioridade constante no Anexo I desta Lei, não implica na obrigatoriedade da inclusão da sua programação na Proposta Orçamentária.

Art. 17 - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 18 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios, contribuições ou subvenções para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - voltadas para ações de saúde e assistência social de atendimento direto e gratuito ao público;

II - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para ensino básico ou especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas municipais de educação básica;

III - consórcios intermunicipais de saúde, legalmente instituído e constituído exclusivamente por entes públicos;

IV - associações comunitárias e classistas devidamente constituídas e registradas no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca, no concernente a auxílios destinados a execução de obras, aquisição de equipamentos de interesse comunitário e ao exercício de atividades de apoio ao desenvolvimento econômico ou de interesse social;

V - entidades com personalidade jurídica, para em conjunto com o poder Executivo Municipal desenvolverem ações relacionadas ao lazer, esporte e apoio ao desenvolvimento econômico do Município.

Parágrafo Único - A concessão de auxílio, contribuição ou subvenção será sempre precedida por assinatura de instrumento de termo de ajuste firmado entre a instituição beneficiada e o Município, dispondo sobre as condições de liberação e aplicação dos recursos e sobre a respectiva prestação de contas.

Art. 19 – A concessão de auxílios para pessoas físicas obedecerão, preferencialmente, os critérios estabelecidos pelos programas sociais que originam os recursos a serem aplicados, e no caso de recursos próprios do Município, será precedida da realização de prévio levantamento cadastral objetivando a caracterização e comprovação do estado de necessidade dos beneficiados.

§ 1º – Serão consideradas como carentes, pessoas cuja renda "per capita", não ultrapasse na média a ½ (meio) salário mínimo por indivíduo que compõe a família.

§ 2º - Independará de comprovação de renda a concessão de auxílios em casos de emergência ou calamidade pública assim declarados pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 20 – São excluídas das limitações de que tratam os artigos 18 e 19 desta lei, os estímulos concedidos pelo município para implantação e ampliação de empresas ou indústrias no Município, cuja concessão obedecerá os critérios definidos na Lei Municipal nº 028/2014, de 24/06/2014..

Art. 21 – A proposta orçamentária do Poder Legislativo Municipal para o exercício de 2018 deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, para fins de incorporação a proposta geral do Município até a data de 31 de agosto de 2017.

Parágrafo Único - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo ser-lhe-ão repassados pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês.

Art. 22 – A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2018 será encaminhada para apreciação do Legislativo até dia 30 de setembro de 2017.

§ 1º – A proposta orçamentária deverá ser composta dos quadros e demonstrativos constantes da legislação específica.

§ 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, no ato da elaboração dos orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações da legislação federal padronizadora, ocorridas após o encaminhamento da LDO/2018 à Camara Municipal.

Art. 23 - Se o Projeto de Lei do Orçamento de 2018 não for sancionado pelo Executivo até o dia 31 de dezembro de 2017, a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva Lei não for sancionada, até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação na forma do estabelecido na proposta remetida à Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Considerar-se-á antecipação de crédito a conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

Art. 24 - A execução orçamentária será efetuada mediante o princípio da responsabilidade da gestão fiscal através de ações planejadas e transparentes que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívida consolidada, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita e inscrição em restos a pagar, normas estas constantes da Lei Complementar 101, de 2000.

Art. 25 - Se no final de cada bimestre for verificado a ocorrência de desequilíbrio entre a receita e a despesa que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na Legislação vigente e nesta Lei, dando-se assim, o equilíbrio entre receitas e despesas para fins da alínea a, inciso I, artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo Único - No caso do Poder Legislativo não promover a limitação no prazo estabelecido no "caput" deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os repasses dos valores financeiros, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 26 - Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

- I – as obrigações constitucionais e legais do Município;
- II – ao pagamento do serviço da dívida pública fundada, inclusive parcelamentos de débitos;
- III – as despesas fixas com pessoal e encargos sociais enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal constante do artigo 20 da Lei Complementar 101, de 2000;
- IV – as despesas vinculadas a uma determinada fonte de recurso, cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso esteja sendo normalmente executado.

Art. 27 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1, II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, aos órgãos da Administração Direta e Indireta e Fundos Municipais, observado o disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como, ainda, as disponibilidades financeiras do município.

Art. 28 - Ocorrendo a superação do patamar de 95% (noventa e cinco por cento) do limite aplicável ao Município para as despesas com pessoal, são aplicáveis aos Poderes Executivo e Legislativo as vedações constantes do Parágrafo Único, Inciso I a V do Artigo 22 da Lei Complementar 101, de 2000.

Parágrafo Único - No exercício financeiro de 2018, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa com pessoal houver extrapolado seu limite legal de comprometimento, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição Federal, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 29 - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo Único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos a execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

Art. 30 - O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só poderá ser aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar 101, de 2000.

§ 1º – Fica autorizada a proposição por parte do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante a edição de lei específica, da anistia de juros, multas e correção monetária de dívidas inscritas em Dívida Ativa do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, ISS e Contribuição de Melhoria, no decorrer de 2018 no valor de até R\$ 550.000,00 (Quinhentos e cinquenta mil reais), e a respectiva exclusão de tal montante da previsão da arrecadação.

§ 2º - Aplicam-se à lei que conceda ou amplie benefício de natureza financeira ou patrimonial as mesmas exigências referidas no "caput" podendo a compensação, alternativamente, em todos os casos, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

§ 3º - São considerados incentivos ou benefícios de natureza tributária, para fins do "caput" deste artigo, os benefícios concedidos que alcancem, exclusivamente, determinado grupo de contribuintes e produzam redução da arrecadação potencial, aumentando conseqüentemente a disponibilidade econômica do contribuinte.

Art. 31 - Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados, na seguinte ordem:

I - novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;

II - investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;

III - despesas de manutenção de atividades não essenciais desenvolvidas com recursos ordinários;

IV - outras despesas a critério do Executivo Municipal até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 32 - Os custos unitários de obras executadas com recursos do orçamento do Município, relativas à construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico – CUB, por m², divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção do Paraná, acrescido de até dez por cento para cobrir custos regionais não previstos no CUB.

Art. 33 – Serão considerados, para efeitos do artigo 16 da Lei Complementar 101/2000, na elaboração das estimativas de impacto orçamentário-financeiro quando da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarretem aumento de despesa, os seguintes critérios:

I – as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal;

II – entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal 8.666, de 1993.

Art. 34 – Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I – considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II – no caso de despesas relativas a prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 35 – Os Poderes deverão elaborar e publicar em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo Único - No caso do Poder Executivo Municipal, o ato referido no caput conterà, ainda, metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita.

Art. 36 – Na execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2018, o chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos da legislação vigente, é autorizado a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, até limite previsto na legislação vigente;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido em Lei específica;

III - proceder a abertura de créditos adicionais suplementares ao orçamento fiscal até o limite de 10% (dez por cento) do total geral da receita fixada para o exercício, nos termos da legislação vigente, utilizando como recursos para cobertura, os provenientes da anulação total ou parcial de dotações nos termos do inciso III do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64;

IV - proceder a abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recurso o previsto no inciso I, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64, até o limite da efetiva existência dos recursos de superávit financeiro nas fontes de recursos livres ou vinculados, devidamente apurados no balanço patrimonial do exercício anterior;

V - proceder a abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recursos os previstos no inciso II do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64, mediante a efetiva ocorrência ou tendência de ocorrência de excesso de arrecadação nas respectivas fontes de recursos vinculados e recursos livres, desde que o total dos mencionados créditos não supere o limite de 15% (quinze por cento) do total geral da receita estimada para o exercício no orçamento fiscal;

VI - proceder a abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recurso o previsto no inciso IV do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos de crédito celebrados para o exercício;

VII - transpor, remanejar ou transferir recursos, de uma para outra categoria econômica ou de um para outro órgão programa ou projeto-atividade, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal e também, proceder o remanejamento e a compensação entre as fontes, e a criação de fontes de recursos dentro da mesma dotação orçamentária, quando da abertura de créditos adicionais que utilizem como recurso o cancelamento de dotações;

VIII - proceder a utilização de recursos do cancelamento da dotação de Reserva de Contingência para a cobertura de créditos adicionais abertos, para o atendimento das situações especificadas no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

§ 1º - A abertura dos créditos autorizados nos incisos IV, V e VI não são consideradas para fins do limite da autorização constante do inciso III.

§ 2º - A autorização contida no inciso III é extensiva ao Presidente da Câmara Municipal no concernente ao orçamento próprio do Poder Legislativo e ao Prefeito Municipal para a abertura de créditos suplementares no orçamento da seguridade social, considerando-se o limite definido em relação ao total da despesa fixada nos respectivos orçamentos.

Art. 37 – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 2000 a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concernente a segurança pública, assistência jurídica, trânsito e incentivo ao emprego, mediante prévio firmamento de convênio, ou instrumento congêneres.

Art. 38 - No decorrer do exercício, o Executivo fará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, a publicação do relatório a que se refere o § 3º do artigo 165 da Constituição Federal, nos moldes do previsto no artigo 52 da Lei Complementar 101, de 2000, respeitados os padrões estabelecidos no § 4º do artigo 55 da mesma Lei.

Art. 39 - O Relatório de Gestão Fiscal obedecendo os preceitos do artigo 54, § 4º do artigo 55 e da alínea b, inciso II do artigo 63, e todos da Lei Complementar 101 serão divulgados em até trinta dias após o encerramento do semestre, enquanto não ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, os quais uma vez atingidos, farão com que aquele relatório seja divulgado quadrimestralmente.

Art. 40 - O projeto de lei orçamentária demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2018, em valores correntes, destacando-se pelo menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 41 – O controle de custos da execução do orçamento será efetuado a nível de unidade orçamentária com o desdobramento nos projetos e atividades cuja execução esteja a ela subordinados.

Art. 42 - Os ajustes nas ações dos Programas do Plano Plurianual, bem como as suas alterações em suas metas física e financeira, ocorridas até a data do envio, deverão ser incluídas na proposta orçamentária para 2018.

Art. 43 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, em 20 de junho de 2017.

JONATAS FELISBERTO DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicação, com assinatura, feita no **Jornal Correio do Povo do Paraná**
Edição nº 2671 – de 24/06/2017.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2018

AMF - Tabela 8 (LRF, art.4º, § 2º, inciso

| CÓDIGO | TRIBUTO | MODALIDADE | SETORES / PROGRAMAS / BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA | | | COMPENSAÇÃO |
|--------------|---------|-------------------|--|------------------------------|-------------------|-------------------|--|
| | | | | 2018 | 2019 | 2020 | |
| 1 | IPTU | Anistia | PROGRAMA REFIS MUNICIPAL | 275.000,00 | 275.000,00 | 275.000,00 | RECUPERAÇÃO DA ARRECADADAÇÃO |
| 2 | IPTU | Outros Benefícios | DESCONTO PARA PAGAMENTO EM CONTA ÚNICA | 220.000,00 | 220.000,00 | 220.000,00 | AUMENTO DE ARRECADADAÇÃO E REDUÇÃO INADIMPLENCIA |
| 3 | ISS | Anistia | PROGRAMA REFIZ | 55.000,00 | 55.000,00 | 55.000,00 | RECUPERAÇÃO DA ARRECADADAÇÃO |
| TOTAL | | | | 550.000,00 | 550.000,00 | 550.000,00 | |

Fonte

Notas Explicativas

28/04/19
Andressa Oliveira Silva
Agente Administrativo

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso

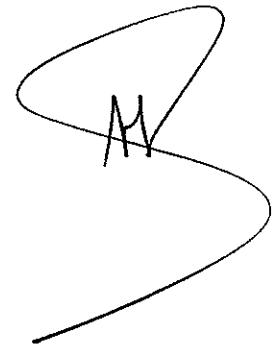
2018

Página: 1 / 1

| Especificação | Metas previstas em 2016 (a) | % PIB | % RCL | Metas realizadas em 2016 (b) | % PIB | % RCL | Variação | |
|----------------------------|-----------------------------------|----------|----------|------------------------------------|----------|----------|-------------------|------------------|
| | | | | | | | Valor (c) = (b-a) | % (c/a) * 100 |
| Receita Total | 66.452.600,00 | 0,021 | 87,198 | 78.067.154,07 | 0,030 | 102,438 | 11.614.554,07 | 17,478 |
| Receitas Primárias (I) | 65.758.200,00 | 20,000 | 86,286 | 73.612.346,83 | 0,000 | 96,592 | 7.854.146,83 | 11,944 |
| Despesa Total | 66.452.600,00 | 0,021 | 87,198 | 74.933.919,88 | 0,000 | 98,327 | 8.481.319,88 | 12,763 |
| Despesas Primárias (II) | 65.184.800,00 | 0,020 | 85,534 | 73.169.193,64 | 0,000 | 96,011 | 7.984.393,64 | 12,249 |
| Resultado Primário (I-II) | 573.400,00 | 19,980 | 0,752 | 443.153,19 | 0,000 | 0,581 | (130.246,81) | (22,715) |
| Resultado Nominal | 800.000,00 | 0,001 | 1,050 | 3.962.364,98 | 0,000 | 5,199 | 3.162.364,98 | 395,296 |
| Dívida Pública Consolidada | 13.440.000,00 | 0,004 | 17,636 | 16.179.873,68 | 0,000 | 21,231 | 2.739.873,68 | 20,386 |
| Dívida Consolidada Líquida | 1.900.000,00 | 0,001 | 2,493 | 10.871.169,06 | 0,000 | 14,265 | 8.971.169,06 | 472,167 |

Fonte

Notas Explicativas



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

2018

Página: 1 / 1

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

| RECEITAS | | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|--|---------------|---------------|---------------|
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I) | | | | |
| RECEITAS CORRENTES | | 3.088.172,75 | 3.572.026,01 | 5.055.928,58 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | | 3.088.172,75 | 3.572.026,01 | 5.055.928,58 |
| Pessoal Civil | | 1.472.603,60 | 1.539.273,77 | 2.254.172,00 |
| Pessoal Militar | | 1.472.603,60 | 1.639.273,77 | 2.254.172,00 |
| Outras Receitas de Contribuições | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | | 1.475.811,49 | 1.931.692,24 | 2.594.316,62 |
| Outras Receitas Correntes | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | | 137.757,66 | 101.060,00 | 207.439,98 |
| Demais Receitas Correntes | | 137.757,66 | 101.060,00 | 207.439,98 |
| RECEITAS DE CAPITAL | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de bens, Direitos e Ativos | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-)DEDUÇÕES DA RECEITA | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II) | | | | |
| RECEITAS CORRENTES | | 3.672.099,94 | 3.179.079,59 | 4.620.764,17 |
| Receita de Contribuições | | 3.672.099,94 | 3.179.079,59 | 4.620.764,17 |
| Patronal | | 3.672.099,94 | 3.179.079,59 | 4.620.764,17 |
| Pessoal Civil | | 1.914.654,37 | 1.662.991,25 | 2.525.376,22 |
| Pessoal Militar | | 1.914.654,37 | 1.662.991,25 | 2.525.376,22 |
| Para Cobertura de Déficit Atuarial | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Regime de Débitos e Parcelamentos | | 1.757.445,57 | 1.516.088,34 | 2.096.387,95 |
| Receita Patrimonial | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-)DEDUÇÕES DA RECEITA | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS(III)=(I + II) | | 6.758.272,69 | 6.751.105,60 | 9.676.692,75 |
| DESPESAS | | | | |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IV) | | | | |
| ADMINISTRAÇÃO | | 3.605.118,64 | 4.579.668,13 | 6.358.226,49 |
| Despesas Correntes | | 65.255,89 | 221.941,09 | 306.247,54 |
| Despesas de Capital | | 65.255,89 | 221.941,09 | 306.247,54 |
| PREVIDÊNCIA | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Civil | | 3.539.882,75 | 4.357.727,04 | 6.051.978,95 |
| Pessoal Militar | | 2.751.828,40 | 4.140.105,95 | 5.755.331,41 |
| Outras Despesas Previdenciárias | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | | 788.034,35 | 217.621,09 | 296.647,54 |
| Demais Despesas Previdenciárias | | 726.779,46 | 217.621,09 | 296.647,54 |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(V) | | | | |
| ADMINISTRAÇÃO | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS(VI)=(IV + V) | | 3.605.118,64 | 4.579.668,13 | 6.358.226,49 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO(VII)=(III - VI) | | 3.153.154,05 | 2.171.437,47 | 3.318.466,26 |
| APORTE DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR | | | | |
| TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS | | | | |
| Plano Financeiro | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos para Formação de Reserva | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros aportes para o RPPS | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Plano Previdenciário | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Aportes para o RPPS | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| BENS E DIREITOS DO RPPS | | 13.895.752,48 | 18.208.471,28 | 19.842.493,20 |

Fonte

Notas Explicativas





MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS
2018

AME - Tabela 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

| Especificação | 2018 | | | 2019 | | | 2020 | | |
|--|----------------|-----------------|---------------|----------------|-----------------|---------------|----------------|-----------------|----------------|
| | Valor Corrente | Valor Constante | % PIB % RCL | Valor Corrente | Valor Constante | % PIB % RCL | Valor Corrente | Valor Constante | % PIB % RCL |
| Receita Total | 79.115.079,00 | 76.439.690,00 | 0,019 107,035 | 85.929.052,00 | 80.215.689,00 | 0,020 109,673 | 92.818.126,00 | 84.123.023,00 | 0,020 109,688 |
| Receitas Primárias (I) | 78.334.972,00 | 75.685.963,00 | 0,019 105,980 | 85.095.052,00 | 79.437.141,00 | 0,019 108,609 | 91.987.726,00 | 83.370.414,00 | 0,020 108,707 |
| Despesa Total | 79.115.079,00 | 76.439.690,00 | 0,019 107,035 | 85.929.052,00 | 80.215.689,00 | 0,020 109,673 | 92.818.126,00 | 84.123.023,00 | 0,020 109,688 |
| Despesas Primárias (II) | 77.240.079,00 | 74.628.095,00 | 0,019 104,499 | 83.867.052,00 | 78.280.790,00 | 0,019 107,042 | 88.408.000,00 | 81.108.000,00 | 0,018 98,568 |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | 1.094.893,00 | 1.057.868,00 | 0,000 1,481 | 1.228.000,00 | 1.156.351,00 | 0,000 1,567 | 10.879.726,00 | 9.860.525,00 | (0,055) 12,857 |
| Resultado Nominal | (250.000,00) | (241.546,00) | 0,000 (0,338) | (1.400.000,00) | (1.306.915,00) | 0,000 (1,787) | (1.300.000,00) | (1.178.217,00) | 0,000 (1,536) |
| Dívida Pública Consolidada | 16.000.000,00 | 15.458.937,00 | 0,004 21,646 | 14.700.000,00 | 13.722.607,00 | 0,003 18,762 | 13.300.000,00 | 12.054.070,00 | 0,029 15,717 |
| Dívida Consolidada Líquida | 13.800.000,00 | 13.333.333,00 | 0,003 18,670 | 13.800.000,00 | 12.882.448,00 | 0,003 17,613 | 11.100.000,00 | 10.060.164,00 | 0,002 13,117 |
| Receitas Primárias Advidas de PPP (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,000 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 0,000 |
| Despesas Primárias Geradas por PPP (V) | 0,00 | 0,00 | 0,000 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 0,000 |
| Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V) | 0,00 | 0,00 | 0,000 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 0,000 |

Fonte

Notas Explicativas



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2018

ARF(LRF, art.4º, § 3º)

Página: 1 / 1

| PASSIVOS CONTINGENTES | | PROVIDÊNCIAS | |
|--------------------------------|-------------------|---|-------------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Demandas Judiciais | 170.000,00 | Abertura de Créditos Adicionais com utilização da Reserva de Contingência | 170.000,00 |
| SUBTOTAL | 170.000,00 | SUBTOTAL | 170.000,00 |
| DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS | | PROVIDÊNCIAS | |
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Outros Riscos Fiscais | 220.000,00 | Utilização da Reserva de Contingência | 220.000,00 |
| SUBTOTAL | 220.000,00 | SUBTOTAL | 220.000,00 |
| TOTAL | 390.000,00 | TOTAL | 390.000,00 |

Fonte

Notas Explicativas

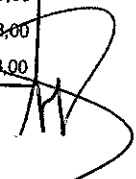
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RÉGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2018

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

Página: 1 / 2

| EXERCÍCIO | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIAS (c) = (a-b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d"exerc.anterior)+(c) |
|-----------|------------------------------|------------------------------|---------------------------------------|---|
| 2018 | 7.655,00 | 6.911,00 | 744,00 | 18.322,00 |
| 2019 | 8.559,00 | 7.116,00 | 1.443,00 | 19.765,00 |
| 2020 | 9.321,00 | 7.529,00 | 1.792,00 | 21.557,00 |
| 2021 | 10.320,00 | 8.053,00 | 2.267,00 | 23.824,00 |
| 2022 | 11.363,00 | 8.595,00 | 2.768,00 | 26.592,00 |
| 2023 | 12.454,00 | 8.929,00 | 3.525,00 | 30.117,00 |
| 2024 | 20.347,00 | 9.450,00 | 10.897,00 | 41.014,00 |
| 2025 | 2.117,00 | 10.135,00 | (8.018,00) | 32.996,00 |
| 2026 | 22.038,00 | 10.702,00 | 11.336,00 | 44.332,00 |
| 2027 | 22.907,00 | 11.222,00 | 11.685,00 | 56.017,00 |
| 2028 | 23.800,00 | 11.717,00 | 12.083,00 | 68.100,00 |
| 2029 | 24.718,00 | 12.415,00 | 12.303,00 | 80.403,00 |
| 2030 | 25.652,00 | 13.140,00 | 12.512,00 | 92.915,00 |
| 2031 | 26.600,00 | 14.007,00 | 12.593,00 | 105.508,00 |
| 2032 | 27.555,00 | 14.618,00 | 12.937,00 | 118.445,00 |
| 2033 | 28.532,00 | 15.307,00 | 13.225,00 | 131.670,00 |
| 2034 | 29.529,00 | 15.926,00 | 13.603,00 | 145.273,00 |
| 2035 | 30.551,00 | 16.743,00 | 13.808,00 | 159.081,00 |
| 2036 | 31.586,00 | 17.249,00 | 14.337,00 | 173.418,00 |
| 2037 | 32.656,00 | 17.698,00 | 14.958,00 | 188.376,00 |
| 2038 | 33.765,00 | 18.648,00 | 15.117,00 | 203.493,00 |
| 2039 | 34.886,00 | 19.117,00 | 15.769,00 | 219.262,00 |
| 2040 | 36.048,00 | 19.491,00 | 16.557,00 | 235.819,00 |
| 2041 | 37.259,00 | 20.058,00 | 17.201,00 | 253.020,00 |
| 2042 | 21.978,00 | 20.513,00 | 1.465,00 | 254.485,00 |
| 2043 | 22.123,00 | 20.813,00 | 1.310,00 | 255.795,00 |
| 2044 | 22.259,00 | 21.354,00 | 905,00 | 256.700,00 |
| 2045 | 22.371,00 | 21.565,00 | 806,00 | 257.506,00 |
| 2046 | 22.478,00 | 21.676,00 | 802,00 | 258.308,00 |
| 2047 | 22.586,00 | 21.677,00 | 909,00 | 259.217,00 |
| 2048 | 22.700,00 | 21.578,00 | 1.122,00 | 260.339,00 |
| 2049 | 22.828,00 | 21.447,00 | 1.381,00 | 261.720,00 |
| 2050 | 22.972,00 | 21.091,00 | 1.881,00 | 263.601,00 |
| 2051 | 23.146,00 | 20.853,00 | 2.293,00 | 265.894,00 |
| 2052 | 23.346,00 | 20.595,00 | 2.751,00 | 268.645,00 |
| 2053 | 23.574,00 | 20.728,00 | 2.846,00 | 271.491,00 |
| 2054 | 23.808,00 | 20.854,00 | 2.954,00 | 274.445,00 |
| 2055 | 24.050,00 | 20.925,00 | 3.125,00 | 277.570,00 |
| 2056 | 24.302,00 | 21.040,00 | 3.262,00 | 280.832,00 |
| 2057 | 24.563,00 | 21.342,00 | 3.221,00 | 284.053,00 |
| 2058 | 24.823,00 | 21.677,00 | 3.146,00 | 287.199,00 |
| 2059 | 25.078,00 | 21.987,00 | 3.091,00 | 290.290,00 |
| 2060 | 25.331,00 | 22.302,00 | 3.029,00 | 293.319,00 |
| 2061 | 25.581,00 | 22.593,00 | 2.988,00 | 296.307,00 |
| 2062 | 25.829,00 | 22.908,00 | 2.921,00 | 299.228,00 |
| 2063 | 26.074,00 | 23.206,00 | 2.868,00 | 302.096,00 |
| 2064 | 26.316,00 | 23.507,00 | 2.809,00 | 304.905,00 |
| 2065 | 26.556,00 | 23.813,00 | 2.743,00 | 307.648,00 |
| 2066 | 26.792,00 | 24.122,00 | 2.670,00 | 310.318,00 |



PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2018

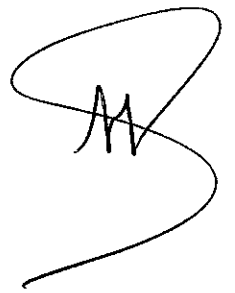
AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

Página: 2 / 2

| EXERCÍCIO | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIAS (c) = (a-b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d"exerc.anterior)+(c) |
|-----------|------------------------------------|------------------------------------|---|---|
| 2067 | 27.025,00 | 24.396,00 | 2.629,00 | 312.947,00 |
| 2068 | 27.255,00 | 24.713,00 | 2.542,00 | 315.489,00 |
| 2069 | 27.482,00 | 25.002,00 | 2.480,00 | 317.969,00 |
| 2070 | 27.705,00 | 25.286,00 | 2.419,00 | 320.388,00 |
| 2071 | 27.925,00 | 25.582,00 | 2.343,00 | 322.731,00 |
| 2072 | 28.142,00 | 25.881,00 | 2.261,00 | 324.992,00 |
| 2073 | 28.354,00 | 26.143,00 | 2.211,00 | 327.203,00 |
| 2074 | 28.565,00 | 26.449,00 | 2.116,00 | 329.319,00 |
| 2075 | 28.770,00 | 26.717,00 | 2.053,00 | 331.372,00 |
| 2076 | 28.972,00 | 26.996,00 | 1.976,00 | 333.348,00 |
| 2077 | 29.171,00 | 27.269,00 | 1.902,00 | 335.250,00 |
| 2078 | 29.365,00 | 27.554,00 | 1.811,00 | 337.061,00 |
| 2079 | 29.556,00 | 27.833,00 | 1.723,00 | 338.784,00 |
| 2080 | 29.741,00 | 28.124,00 | 1.617,00 | 340.401,00 |
| 2081 | 29.921,00 | 28.374,00 | 1.547,00 | 341.948,00 |
| 2082 | 30.098,00 | 28.661,00 | 1.437,00 | 343.385,00 |
| 2083 | 30.269,00 | 28.616,00 | 1.653,00 | 345.038,00 |
| 2084 | 30.436,00 | 29.182,00 | 1.254,00 | 346.292,00 |
| 2085 | 30.598,00 | 29.478,00 | 1.120,00 | 347.412,00 |
| 2086 | 30.753,00 | 29.740,00 | 1.013,00 | 348.425,00 |
| 2087 | 30.902,00 | 30.004,00 | 898,00 | 349.323,00 |
| 2088 | 31.045,00 | 30.270,00 | 775,00 | 350.098,00 |
| 2089 | 31.181,00 | 30.501,00 | 680,00 | 350.778,00 |
| 2090 | 31.313,00 | 30.772,00 | 541,00 | 351.319,00 |
| 2091 | 31.437,00 | 31.045,00 | 392,00 | 351.711,00 |
| 2092 | 33.323,00 | 32.907,00 | 416,00 | 352.127,00 |

Fonte

Notas Explicativas





MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMOSTRATIVO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO NA DATA DE ENVIO DO PROJETO DE LEI DA LDO
2018

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

| CÓDIGO DO PROJETO / ATIVIDADE | NOME DO PROJETO / ATIVIDADE | UNIDADE DE MEDIDA | PREVISÃO | | EXECUÇÃO | | SALDO A EXECUTAR | |
|-------------------------------|---|-------------------|----------|--------------|----------|------------|------------------|------------|
| | | | Qte | Valor | Qte | Valor | Qte | Valor |
| 1034 | CONSTR. AMPLIA. E REFORMAS DA REDE FISICA DE ENSINO | PERCENTUAL | 100,000 | 1.011.090,83 | 65,30 | 661.006,32 | 34,70 | 350.084,51 |
| 1053 | PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES EM VIAS | Vias Urbanas | 100,000 | 351.302,60 | 93,57 | 328.713,85 | 6,43 | 22.588,75 |
| 1055 | IMOVEIS E OBRAS DE EDIF PUBLICAS | Obras/Projetos | 100,000 | 607.067,13 | 54,99 | 273.240,91 | 45,01 | 333.826,22 |
| 1067 | PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES EM VIAS | Obras/Projetos | 100,000 | 1.089.768,71 | 30,46 | 334.989,55 | 69,54 | 764.779,16 |
| 1089 | CONSTRUÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES | Obras/Projetos | 100,000 | 334.552,51 | 59,87 | 195.552,51 | 40,33 | 139.000,00 |
| 1110 | OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA P/ESPORTE E LAZER | Obras/Projetos | 100,000 | 330.045,21 | 3,79 | 12.508,72 | 96,21 | 317.536,49 |

Fonte

Notas Explicativas

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2018

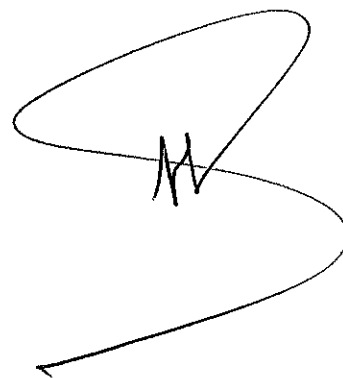
AMF - Tabela 5 (LRF, art.4º, §2, inciso III)

Página: 1 / 1

| RECEITAS REALIZADAS | | | |
|---|----------------------------------|----------------------------------|-------------------------|
| | 2016(a) | 2015(b) | 2014(c) |
| RECEITAS DE CAPITAL (I) | | | |
| ALIENAÇÃO DE ATIVOS | 80.453,00 | 53.938,10 | 12.052,00 |
| Alienação de Bens Móveis | 80.453,00 | 53.938,10 | 12.052,00 |
| Alienação de Bens Imóveis | 80.453,00 | 53.938,10 | 12.052,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS EXECUTADAS | | | |
| | 2016(d) | 2015(e) | 2014(f) |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | | | |
| DESPESAS DE CAPITAL | 89.115,18 | 47.447,15 | 104.000,00 |
| Investimentos | 89.115,18 | 47.447,15 | 104.000,00 |
| Inversões Financeiras | 89.115,18 | 47.447,15 | 104.000,00 |
| Amortização da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID. | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Geral de Previdência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Próprio dos Servidores Públicos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SALDO FINANCEIRO III | (g) = ((Ia - IIa) + IIIa) | (h) = ((Ib - IIb) + IIIb) | (i) = (Ic - IIc) |
| | (94.119,23) | (85.457,05) | (91.948,00) |

Fonte

Notas Explicativas



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2018

AMF - Tabela 4 - (LRF, art.4º, §2, inciso III)

Página: 1 / 1

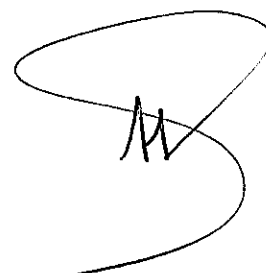
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | | |
|-------------------------|-------------------------|---------------|-------------------------|---------------|-----------------------|---------------|
| | 2016 | % | 2015 | % | 2014 | % |
| Patrimônio/Capital | 531.103.779,56 | 50,0 | 518.985.315,93 | 50,0 | 65.148.994,29 | 48,9 |
| Reservas | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 |
| Resultado Acumulado (*) | 531.103.779,56 | 50,0 | 518.985.315,93 | 50,0 | 68.148.994,29 | 51,1 |
| TOTAL | 1.062.207.559,12 | 100,00 | 1.037.970.631,86 | 100,00 | 133.297.988,58 | 100,00 |

REGIME PREVIDENCIÁRIO

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | | |
|-------------------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|
| | 2016 | % | 2015 | % | 2014 | % |
| Patrimônio/Capital | 3.581.476,57 | 50,0 | 2.274.093,80 | 50,0 | 3.026.018,66 | 50,0 |
| Reservas | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 |
| Resultado Acumulado (*) | 3.581.476,57 | 50,0 | 2.274.093,80 | 50,0 | 3.026.018,66 | 50,0 |
| TOTAL | 7.162.953,14 | 100,00 | 4.548.187,60 | 100,00 | 6.052.037,32 | 100,00 |

Fonte

Notas Explicativas



METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2018

AMF - Demonstrativo III (LRF, art.4º, § 2º, inciso II)

Página: 1 / 1

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CORRENTES | | | | | | | | | | |
|---------------------------------------|----------------------------|---------------|----------|---------------|----------|---------------|--------|----------------|--------|----------------|---------|
| | 2015 | 2016 | % | 2017 | % | 2018 | % | 2019 | % | 2020 | % |
| Receita Total | 57.800.000,00 | 66.452.800,00 | 14,97 | 71.158.000,00 | 7,08 | 79.115.079,00 | 11,18 | 85.929.052,00 | 8,81 | 92.818.126,00 | 8,02 |
| Receitas Primárias (I) | 57.758.959,00 | 65.758.200,00 | 13,85 | 70.377.893,00 | 7,03 | 78.334.972,00 | 11,31 | 85.095.052,00 | 8,63 | 91.987.726,00 | 8,10 |
| Despesas Total | 57.800.000,00 | 66.452.600,00 | 14,97 | 71.158.000,00 | 7,08 | 79.115.079,00 | 11,18 | 85.929.052,00 | 8,61 | 83.408.000,00 | (2,93) |
| Despesas Primárias (II) | 56.747.350,00 | 65.184.800,00 | 14,87 | 69.283.000,00 | 6,29 | 77.240.079,00 | 11,48 | 83.667.052,00 | 8,58 | 81.108.000,00 | (3,29) |
| Resultado Primário (III) = (I) - (II) | 1.011.609,00 | 573.400,00 | (43,32) | 1.094.893,00 | 90,95 | 1.094.893,00 | 0,00 | 1.228.000,00 | 12,16 | 10.879.726,00 | 785,97 |
| Resultado Nominal | (300.000,00) | 800.000,00 | (366,67) | (250.000,00) | (131,25) | (250.000,00) | (0,00) | (1.400.000,00) | 460,00 | (1.300.000,00) | (7,14) |
| Dívida Pública Consolidada | 13.216.000,00 | 13.440.000,00 | 1,69 | 13.300.000,00 | (1,04) | 16.000.000,00 | 20,30 | 14.700.000,00 | (8,12) | 13.300.000,00 | (9,52) |
| Dívida Consolidada Líquida | 13.216.000,00 | 1.900.000,00 | (85,62) | 11.100.000,00 | 484,21 | 13.800.000,00 | 24,32 | 13.800.000,00 | 0,00 | 11.100.000,00 | (19,57) |

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CONSTANTES | | | | | | | | | | |
|---------------------------------------|-----------------------------|---------------|----------|---------------|----------|---------------|-------|----------------|---------|----------------|---------|
| | 2015 | 2016 | % | 2017 | % | 2018 | % | 2019 | % | 2020 | % |
| Receita Total | 55.311.005,00 | 62.904.771,00 | 13,73 | 68.329.232,00 | 5,44 | 78.439.690,00 | 15,24 | 80.215.689,00 | 4,94 | 84.123.023,00 | 4,87 |
| Receitas Primárias (I) | 55.243.023,00 | 62.747.444,00 | 13,68 | 65.602.063,00 | 4,55 | 75.685.963,00 | 15,37 | 79.437.141,00 | 4,96 | 83.370.414,00 | 4,96 |
| Despesas Total | 55.311.005,00 | 62.904.771,00 | 13,73 | 66.329.232,00 | 5,44 | 76.439.690,00 | 15,24 | 80.215.689,00 | 4,94 | 75.594.428,00 | (5,76) |
| Despesas Primárias (II) | 54.303.684,00 | 59.831.047,00 | 8,34 | 64.581.469,00 | 9,77 | 74.628.095,00 | 15,56 | 78.290.790,00 | 4,91 | 73.509.889,00 | (6,11) |
| Resultado Primário (III) = (I) - (II) | 939.339,00 | 3.916.397,00 | 316,93 | 1.020.594,00 | (73,94) | 1.057.868,00 | 3,65 | 1.146.361,00 | 8,36 | 9.860.525,00 | 760,17 |
| Resultado Nominal | (274.725,00) | 757.289,00 | (375,65) | (233.035,00) | (130,77) | (241.546,00) | 3,65 | (1.306.915,00) | 441,06 | (1.178.217,00) | (9,85) |
| Dívida Pública Consolidada | 12.646.890,00 | 12.722.454,00 | 0,60 | 12.397.465,00 | (2,55) | 15.458.937,00 | 24,89 | 12.722.607,00 | (17,70) | 12.054.070,00 | (5,25) |
| Dívida Consolidada Líquida | 12.646.890,00 | 1.798.561,00 | (85,78) | 10.346.756,00 | 475,28 | 13.333.333,00 | 28,86 | 12.882.448,00 | (9,38) | 10.080.164,00 | (21,91) |

Fonte

Notas Explicativas



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2018

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Página: 1 / 1

| EVENTOS | Valor Previsto 2018 |
|---|---------------------|
| Aumento permanente da receita | 0,00 |
| (-) Transferências constitucionais | 3.300.000,00 |
| (-) Transferências ao FUNDEB | 665.000,00 |
| Saldo final do aumento permanente de receita (I) | (3.965.000,00) |
| Redução permanente de despesa (II) | 0,00 |
| Margem bruta (III) = (I+II) | (3.965.000,00) |
| Saldo utilizado da margem bruta (IV) = (V+VI) | 817.500,00 |
| Novas DOCC (V) | 0,00 |
| Novas DOCC geradas por PPPs (VI) | 817.500,00 |
| Margem líquida de expansão de DOCC (VII) = (III-IV) | (4.782.500,00) |

Fonte

Notas Explicativas





MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA
2018

ART. 12 LRF

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | REALIZADA | | ESTIMADA | | PROJETADA | | MÉTODOS DE CÁLCULO |
|--------|---------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---|
| | | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | |
| 11 | RECEITA TRIBUTÁRIA | 8.290.471,06 | 9.393.852,98 | 10.721.576,25 | 11.920.000,00 | 13.150.000,00 | 14.412.000,00 | Técnica utilizada: Ajustamento da reta pelo método dos mínimos quadrados. Para efetuar a corrente projeção, foi analisada a Receita Orçamentária de 2014 até 2017. O período projetado, utilizando o método citado compreende os exercícios de 2018 até 2020 |
| 12 | RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 1.782.778,44 | 2.416.076,45 | 2.689.223,26 | 3.007.000,00 | 3.344.000,00 | 3.681.000,00 | Técnica utilizada: Ajustamento da reta pelo método dos mínimos quadrados. Para efetuar a corrente projeção, foi analisada a Receita Orçamentária de 2014 até 2017. O período projetado, utilizando o método citado compreende os exercícios de 2018 até 2020 |
| 13 | RECEITA PATRIMONIAL | 699.539,43 | 701.012,36 | 673.354,26 | 733.000,00 | 807.000,00 | 883.004,24 | Técnica utilizada: Ajustamento da reta pelo método dos mínimos quadrados. Para efetuar a corrente projeção, foi analisada a Receita Orçamentária de 2014 até 2017. O período projetado, utilizando o método citado compreende os exercícios de 2018 até 2020 |
| 14 | RECEITA AGROPECUÁRIA | 85.570,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | Técnica utilizada: Ajustamento da reta pelo método dos mínimos quadrados. Para efetuar a corrente projeção, foi analisada a Receita Orçamentária de 2014 até 2017. O período projetado, utilizando o método citado compreende os exercícios de 2018 até 2020 |
| 15 | RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | Técnica utilizada: Ajustamento da reta pelo método dos mínimos quadrados. Para efetuar a corrente projeção, foi analisada a Receita Orçamentária de 2014 até 2017. O período projetado, utilizando o método citado compreende os exercícios de 2018 até 2020 |
| 16 | RECEITA DE SERVIÇOS | 19.523.849,50 | 22.269.909,15 | 22.400.000,00 | 24.211.000,00 | 25.611.000,00 | 27.012.000,00 | Técnica utilizada: Ajustamento da reta pelo método dos mínimos quadrados. Para efetuar a corrente projeção, foi analisada a Receita Orçamentária de 2014 até 2017. O período projetado, utilizando o método citado compreende os exercícios de 2018 até 2020 |
| 17 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 30.865.273,09 | 37.351.582,74 | 39.039.533,46 | 42.471.000,00 | 45.786.000,00 | 49.146.077,91 | Técnica utilizada: Ajustamento da reta pelo método dos mínimos quadrados. Para efetuar a corrente projeção, foi analisada a Receita Orçamentária de 2014 até 2017. O período projetado, utilizando o método citado compreende os exercícios de 2018 até 2020 |
| 19 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 944.769,88 | 2.141.049,58 | 1.389.309,77 | 2.061.078,76 | 2.395.051,79 | 2.739.043,37 | Técnica utilizada: Ajustamento da reta pelo método dos mínimos quadrados. Para efetuar a corrente projeção, foi analisada a Receita Orçamentária de 2014 até 2017. O período projetado, utilizando o método citado compreende os exercícios de 2018 até 2020 |
| 21 | OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 3.964.671,75 | 1.259.537,73 | 2.050.000,00 | 1.928.000,00 | 2.448.000,00 | 2.968.000,00 | Técnica utilizada: Ajustamento da reta pelo método dos mínimos quadrados. Para efetuar a corrente projeção, foi analisada a Receita Orçamentária de 2014 até 2017. O período projetado, utilizando o método citado compreende os exercícios de 2018 até 2020 |
| 22 | ALIENAÇÃO DE BENS | 76.850,00 | 127.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | Técnica utilizada: Ajustamento da reta pelo método dos mínimos quadrados. Para efetuar a corrente projeção, foi analisada a Receita Orçamentária de 2014 até 2017. O período projetado, utilizando o método citado compreende os exercícios de 2018 até 2020 |

AA



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA
2018

ART. 12 LRF

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | 2020 METODOLOGIA DE CÁLCULO | | | | | | |
|--------|-----------------------------|-----------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|---|
| | | REALIZADA | ESTIMADA | PROJETADA | 2018 | 2019 | | |
| 24 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 111.219,99 | 937.404,59 | 625.000,00 | 891.000,00 | 1.012.000,00 | 1.131.000,00 | Orçamentária de 2014 até 2017. O período projetado, utilizando o método citado compreende os exercícios de 2018 até 2020 |
| 97 | DEDUÇÃO RECEITA FORMAÇÃO DO | (6.530.741,03) | (7.353.989,36) | (7.400.200,00) | (8.107.000,00) | (8.624.000,00) | (9.144.000,00) | Técnica utilizada: Ajustamento da reta pelo método dos mínimos quadrados. Para efetuar a corrente projeção, foi analisada a Receita Orçamentária de 2014 até 2017. O período projetado, utilizando o método citado compreende os exercícios de 2018 até 2020 |

Fonte

Notas Explicativas

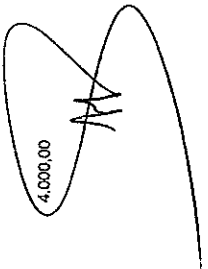
| | | | | | | | | | |
|---|---------------------|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| M | 1.3.2.5.01.03.01.01 | REM DEP BANC DE REC VINC - FUNDO DE SAÚDE - REC 496 | 16.292,96 | 23.118,95 | 9.659,54 | 10.000,00 | 7.000,00 | 3.000,00 | |
| M | 1.3.2.5.01.03.01.02 | REM DEP BANC DE REC VINC - FUNDO DE SAÚDE - REC 497 | 5.695,19 | 17.713,42 | 14.177,61 | 1.907,31 | 6.000,00 | 5.000,00 | 3.000,00 |
| M | 1.3.2.5.01.03.01.03 | REM DEP BANC DE REC VINC - FUNDO DE SAÚDE - REC 499 | 10.975,84 | | 3.606,11 | 453,10 | | | |
| M | 1.3.2.5.01.03.01.04 | REM DEP BANC DE REC VINC - FUNDO DE SAÚDE - REC 500 | 6.363,25 | 797,12 | 2.712,48 | 11.075,88 | 9.000,00 | 11.000,00 | 12.000,00 |
| M | 1.3.2.5.01.03.01.05 | REM DEP BANC DE REC VINC - FUNDO DE SAÚDE - REC 416 | | 9.853,54 | 15.993,34 | 230,62 | | | |
| M | 1.3.2.5.01.03.01.06 | REM DEP BANC DE REC VINC - FUNDO DE SAÚDE - REC 417 | | 1.340,61 | 546,09 | 276,86 | | | |
| M | 1.3.2.5.01.03.01.07 | REM DEP BANC DE REC VINC - FUNDO DE SAÚDE - REC 418 | | | 11.282,12 | 1.135,30 | | | |
| M | 1.3.2.5.01.03.01.08 | REM DEP BANC DE REC VINC - FUNDO DE SAÚDE - REC 498 | | | 1.211,90 | 2.000,00 | 3.000,00 | 4.000,00 | 4.000,00 |
| M | 1.3.2.5.01.03.01.09 | RECEITA DE REM DEP BANC DE REC VINCUL - REC 413 | | 167,94 | 274,10 | 1.200,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 3.000,00 |
| M | 1.3.2.5.01.03.02.01 | RECEITA DE REM DEP BANC DE REC VINCUL - REC 412 | 2,07 | 4.354,20 | 1.765,22 | 1.800,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 |
| M | 1.3.2.5.01.03.02.02 | RECEITA DE REM DEP BANC DE REC VINCUL - REC 415 | | | 1.689,47 | 2.000,00 | 2.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 |
| M | 1.3.2.5.01.03.02.03 | RECEITA DE REM DEP BANC DE REC VINCUL - FUNDO DE SAÚDE/OUTROS CONVÊNIOS F 412 | | 627,27 | 824,76 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 2.000,00 |
| M | 1.3.2.5.01.03.02.04 | RECEITA DE REM DEP BANC DE REC VINCUL - FUNDO DE SAÚDE/OUTROS CONVÊNIOS F 414 | | 3.677,41 | | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.03.02.06 | RECEITA DE REM DEP BANC DE REC VINC - RES SESA 671/2013 TERMO DE A | 13.737,22 | 4.042,61 | | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.03.02.07 | RECEITA DE REM DEP BANC REC VINC F-303 | 4.939,84 | 35.072,86 | 15.916,21 | 19.460,61 | 25.000,00 | 27.000,00 | 30.000,00 |
| M | 1.3.2.5.01.03.03.01 | RECEITA DE REM DEP BANC DE REC VINC - REC 107 | 12.104,15 | 15.704,96 | | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.05.02.01 | RECEITA DE REM DEP BANC DE REC VINC - REC 126 | 343,43 | 594,99 | 475,73 | 500,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| M | 1.3.2.5.01.05.02.02 | RECEITA DE REM DEP BANC DE REC VINC - REC 112 | | 579,07 | 2.690,03 | 2.100,00 | 3.000,00 | 4.000,00 | 5.000,00 |
| M | 1.3.2.5.01.05.02.03 | RECEITA DE REM DEP BANC DE REC VINC - REC 121 | | 16.788,86 | 4.914,48 | 4.538,64 | | | |
| M | 1.3.2.5.01.05.02.04 | RECEITA DE REM DEP BANC DE REC VINC - REC 120 | | 811,06 | 958,34 | 150,57 | | | |
| M | 1.3.2.5.01.05.02.05 | RECEITA DE REM DEP BANC DE REC VINC - REC 124 | | 580,77 | 245,51 | 182,33 | | | |
| M | 1.3.2.5.01.05.02.06 | RECEITA DE REM DEP BANC DE REC VINC - REC 123 | | | | 7.487,85 | 7.000,00 | 10.000,00 | 12.000,00 |
| M | 1.3.2.5.01.05.02.07 | RECEITA DE REM DEP BANC DE REC VINC - REC 931 | 0,11 | | | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.05.02.08 | RECEITA DE REM DEP BANC DE REC VINC - REC 134 | 906,75 | 72,84 | | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.05.02.09 | RECEITA DE REM DEP BANC DE REC VINC - REC 134 | 4.146,78 | 1.192,26 | | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.05.02.10 | RECEITA DE REM DEP BANC DE REC VINC - REC 121 | 6.363,48 | | | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.05.02.11 | RECEITA DE REM DEP BANC DE REC VINC - REC 122 | 6.391,78 | 3.220,22 | 1.604,13 | 2.364,53 | | | |
| M | 1.3.2.5.01.05.02.12 | RECEITA DE REM DEP BANC DE REC VINC - REC 135 | 3.956,06 | 3.197,49 | 684,87 | 2.336,59 | 1.000,00 | | |
| M | 1.3.2.5.01.05.02.13 | RECEITA DE REM DEP BANC DE REC VINC - REC 136 | 844,43 | 3.924,55 | 396,32 | 459,53 | | | |
| M | 1.3.2.5.01.05.02.14 | RECEITA DE REM DEP BANC DE REC VINC - REC 138 | 2.099,76 | 10.810,22 | 2.362,74 | 23,50 | | | |
| M | 1.3.2.5.01.05.02.15 | REM DEP BANC VINC - FUNDEF 5% REC 103 | | | 8.167,14 | 513,74 | | | |
| M | 1.3.2.5.01.05.03.01 | REM DEP BANC VINC - FUNDEF 25% REC 104 | 2.507,66 | 10.448,09 | 3.376,16 | 8.072,49 | 9.000,00 | 9.000,00 | 10.000,00 |
| M | 1.3.2.5.01.05.03.02 | RECEITAS DE REM DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE REC VINC DA CIDE LEI 10 | 1.617,44 | 5.167,66 | 1.643,65 | 3.372,96 | 3.000,00 | 4.000,00 | 4.000,00 |
| | | | 67,93 | | | | | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---------------------|---|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|------------|------------|
| M | 1.3.2.5.01.09.00.00 | REC DE REM DEP BANC DE REC VINC - REC 934 | 6.103,56 | 4.070,92 | 1.706,52 | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.10.01.00 | REC DE REM DEP BANC DE REC VINC - REC 936 | 4.158,58 | 3.428,19 | | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.10.02.00 | REC DE REM DEP BANC DE REC VINC - REC 938 | 579,07 | 2.452,15 | | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.10.03.00 | REC DE REM DEP BANC DE REC VINC - REC 949 | | | 1.898,13 | 587,06 | | | |
| M | 1.3.2.5.01.10.04.00 | REC DE REM DEP BANC DE REC VINC - REC 940 | | 2.310,84 | | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.10.06.00 | RECEITAS DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE REC VINCULA | 53.418,85 | | | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.53.00.00 | RECEITAS DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS FUNDEB 60% - REC 101 | | 31.359,84 | 59.680,84 | 85.000,00 | 112.000,00 | 139.000,00 | 166.000,00 |
| M | 1.3.2.5.01.53.01.00 | RECEITAS DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS FUNDEB 60% - REC 102 | | | 10.980,22 | 10.000,00 | 9.000,00 | 8.000,00 | 7.000,00 |
| M | 1.3.2.5.01.53.02.00 | RECEITA DE REM OUTROS DEPOSITOS - REC 507 | | | 4.225,76 | 4.585,15 | 5.000,00 | 5.000,00 | 6.000,00 |
| M | 1.3.2.5.01.99.03.00 | RECEITA DE REM OUTROS DEPOSITOS - REC 510 | | | 1.979,92 | 3.000,00 | 4.000,00 | 4.000,00 | 5.000,00 |
| M | 1.3.2.5.01.99.05.00 | RECEITA DE REM OUTROS DEPOSITOS - REC 511 | | | 6.938,14 | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.99.06.00 | RECEITA DE REM OUTROS DEPOSITOS - REC 975 | 7.209,76 | 704,97 | | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.99.07.00 | RECEITA DE REM OUTROS DEPOSITOS - REC 967 | | 743,13 | | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.99.08.00 | RECEITA DE REM OUTROS DEPOSITOS - REC 840 | | 2.673,92 | 13.382,33 | | 3.000,00 | 1.000,00 | 4,24 |
| M | 1.3.2.5.01.99.09.00 | RECEITA DE REM OUTROS DEPOSITOS - REC 501 | | | 811,24 | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.99.11.00 | RECEITA DE REM OUTROS DEPOSITOS - REC 979 | | | | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.99.14.00 | RECEITA DE REM OUTROS DEPOSITOS - REC 980 | 121,86 | | | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.99.15.00 | RECEITA DE REM OUTROS DEPOSITOS - REC 956 | 6.302,91 | | | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.99.16.00 | RECEITA DE REM OUTROS DEPOSITOS - REC 981 | 196,02 | 304,30 | | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.99.17.00 | RECEITA DE REM OUTROS DEPOSITOS - REC 969 | | 1.520,88 | | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.99.20.00 | RECEITA DE REM OUTROS DEPOSITOS - REC 943 | | 3.487,90 | 61,93 | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.99.21.00 | RECEITA DE REM OUTROS DEPOSITOS - REC 852 | | 18.602,89 | | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.99.22.00 | RECEITA DE REM OUTROS DEPOSITOS - REC 953 | | | | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.99.23.00 | RECEITA DE REM OUTROS DEPOSITOS - REC 964 | | 59.750,48 | 60.412,14 | 12.009,29 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 |
| M | 1.3.2.5.01.99.24.00 | RECEITA DE REM OUTROS DEPOSITOS - REC 965 | | | | 5.950,17 | | | |
| M | 1.3.2.5.01.99.27.00 | RECEITA DE REM OUTROS DEPOSITOS - REC 964 | | 4.780,06 | | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.99.28.00 | RECEITA DE REM OUTROS DEPOSITOS - REC 975 | | 1.677,86 | | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.99.30.00 | RECEITA DE REM OUTROS DEPOSITOS - REC 507 | 25.092,99 | | | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.99.43.00 | RECEITA DE REM OUTROS DEPOSITOS - REC 944 | | 405,88 | | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.99.54.00 | RECEITA DE REM OUTROS DEPOSITOS - REC 501 | 3.333,52 | | | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.99.56.00 | RECEITA DE REM OUTROS DEPOSITOS - REC 510 | 486,28 | | | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.99.71.00 | RECEITA DE REM OUTROS DEPOSITOS - REC 511 | 1.896,92 | | | | | | |
| M | 1.3.2.5.01.99.77.00 | RECEITA DE REM OUTROS DEPOSITOS - REC 836 | 140,60 | | | | | | |

| | | | | | | | |
|---|---------------------|---|------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| M | 1.7.2.1.33.10.02.11 | PABISUS FORTALEC DE POL AFETAS Á ATUAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE ACS - 5 POR CENTO | 16.883,10 | 350.000,00 | 384.000,00 | 441.000,00 | 488.000,00 |
| M | 1.7.2.1.33.10.02.12 | PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (RAB-SESC-SM) | 21.094,29 | | | | |
| M | 1.7.2.1.33.10.02.13 | PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - SEMANA SAÚDE NA ESCOLA | 10.100,55 | | | | |
| M | 1.7.2.1.33.10.02.14 | INC ADIC ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR - ACS - 95 POR CENTO | 59.724,60 | | | | |
| M | 1.7.2.1.33.10.02.15 | INC ADIC FORT POL AFETAS Á ATUAÇÃO DA ESTRAT DE ACS - 5 POR CENTO | 3.143,40 | | | | |
| M | 1.7.2.1.33.10.02.16 | TETO MUNICIPAL DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSF | 306.360,92 | | | | |
| M | 1.7.2.1.33.20.01.02 | TETO MUNICIPAL REDE SAUDE MENTAL (RSME) | 272.212,21 | 350.000,00 | 384.000,00 | 441.000,00 | 488.000,00 |
| M | 1.7.2.1.33.20.01.03 | TETO MUNICIPAL REDE CEGONHA (RCE-RCEG) | 11.866,66 | | | | |
| M | 1.7.2.1.33.20.01.04 | PROG AÇÕES BÁSICA DE VIG SANITÁRIA | 3.828,56 | | | | |
| M | 1.7.2.1.33.30.02.01 | PISO ESTRATÉGICO - GERENCIAMENTO DE RISCO DE VS (FNS) | 2.162,14 | | | | |
| M | 1.7.2.1.33.30.02.02 | PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PARTE ANVISA | 3.124,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 6.000,00 | 7.000,00 |
| M | 1.7.2.1.33.30.02.03 | PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PARTE FNS | 14.128,40 | 2.190,19 | 5.000,00 | 3.000,00 | |
| M | 1.7.2.1.33.30.02.04 | PISO ESTRATÉGICO - GERENCIAMENTO DE RISCO DE VS (ANVISA) | 6.178,20 | | | | |
| M | 1.7.2.1.33.30.02.05 | PVVPS - INCENTIVO DE QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE DENGUE | 24.425,60 | | | | |
| M | 1.7.2.1.33.30.02.07 | VIGILANCIA EM SAUDE - PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGI | 14.141,86 | | | | |
| M | 1.7.2.1.33.30.99.02 | PISO FIXO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (PFVS) | 67.848,90 | 18.148,32 | 9.000,00 | | |
| M | 1.7.2.1.33.30.99.03 | INC AS AÇÕES DE VIG PREV E CONT DAS DST/AIDS E HEPATITE VIRAIS (PVV | 39.655,35 | 37.500,00 | 7.000,00 | | |
| M | 1.7.2.1.33.30.99.04 | INCENTIVOS PONTUAIS PARA AÇÕES DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EM SAÚI | 2.897,83 | 11.314,49 | 17.000,00 | 20.000,00 | 23.000,00 |
| M | 1.7.2.1.33.30.99.05 | FORT DE POL AFETAS Á ATUAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE ACE - 5 POR CENTO | 15.151,13 | 3.650,40 | | | |
| M | 1.7.2.1.33.30.99.06 | ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR - ACE - 95 POR CENTO | 146.421,60 | | | | |
| M | 1.7.2.1.33.30.99.07 | INC ADIC ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR - ACE - 95 POR CENTO | 9.633,00 | 92.476,80 | 175.000,00 | 256.000,00 | 341.000,00 |
| M | 1.7.2.1.33.30.99.08 | INC ADIC FORT POL AFETAS Á ATUAÇÃO DA ESTRAT DE ACE - 5 POR CENTO | | 1.216,80 | 2.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 |
| M | 1.7.2.1.33.30.99.09 | INCENTIVO A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA RAPS - P | 296.500,00 | | | | |
| M | 1.7.2.1.33.50.02.02 | PROGRAMA DE FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - FAN | | 20.571,43 | 21.000,00 | 21.000,00 | 21.000,00 |
| M | 1.7.2.1.33.50.99.01 | TRANSF FNAS APAE-F-938 | 47.566,64 | | | | |
| M | 1.7.2.1.34.03.01.00 | PISO BÁSICO FIXO (SUAS) | 84.000,00 | 110.000,00 | 142.000,00 | 154.000,00 | 166.000,00 |
| M | 1.7.2.1.34.10.10.00 | PISO BÁSICO VARIÁVEL (SUAS) | 115.725,00 | 160.000,00 | 160.000,00 | 166.000,00 | 172.000,00 |
| M | 1.7.2.1.34.10.20.00 | PISO FIXO MÉDIA COMPLEXIDADE (SUAS) | 67.500,00 | 105.000,00 | 132.000,00 | 148.000,00 | 154.000,00 |
| M | 1.7.2.1.34.20.10.10 | PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I (SUAS) | 48.060,00 | 78.000,00 | 94.000,00 | 103.000,00 | 112.000,00 |
| M | 1.7.2.1.34.20.20.10 | COMPONENTE PARA IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS (SUAS) | 28.787,68 | 18.000,00 | 10.000,00 | | |
| M | 1.7.2.1.34.30.20.00 | BL DE GESTÃO DO PROG BOLSA FAMÍLIA E CAD ÚNICO | | 62.000,00 | 67.000,00 | 72.000,00 | 77.000,00 |
| M | 1.7.2.1.34.99.01.00 | TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO | 940.919,55 | 1.294.000,00 | 1.370.000,00 | 1.478.000,00 | 1.586.000,00 |
| M | 1.7.2.1.35.01.00.00 | TRANSF FNDE PROG NAC ALIM ESCOLAR | 455.200,00 | 382.000,00 | 372.000,00 | 380.000,00 | 348.000,00 |

| | | | | | | | | | |
|---|---------------------|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| M | 1.7.2.1.35.03.01.00 | TRANSPORTE ESCOLAR FEDERAL PNATE | 103.083,20 | 108.988,92 | 109.434,84 | 106.000,00 | 109.000,00 | 110.000,00 | 111.000,00 |
| M | 1.7.2.1.35.04.01.00 | MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL - NOVAS TURMAS | 55.267,74 | | | 98.635,34 | 71.000,00 | 84.000,00 | 97.000,00 |
| M | 1.7.2.1.35.99.01.00 | PAR-TD REEMISSÃO FNDE/MEC 2 - F 124 | 150.419,71 | | | | | | |
| M | 1.7.2.1.35.99.02.00 | TRANSF APOIO A CRECHES BRASIL CARINHOSO - F 138 | 144.562,26 | | | | | | |
| M | 1.7.2.1.35.99.04.00 | TRANSFERENCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - LC 87/96 | 71.374,32 | 73.632,22 | 79.000,00 | 79.000,00 | 83.000,00 | 86.000,00 | 88.000,00 |
| M | 1.7.2.1.36.00.00.00 | COTA-PARTE DO ICMS | 8.377.020,37 | 9.412.675,27 | 10.433.292,79 | 11.400.000,00 | 12.428.000,00 | 13.437.000,00 | 14.446.000,00 |
| M | 1.7.2.2.01.01.00.00 | COTA-PARTE DO IPVA | 2.343.983,72 | 3.334.727,00 | 3.623.899,82 | 4.200.000,00 | 4.840.000,00 | 5.426.000,00 | 6.011.000,00 |
| M | 1.7.2.2.01.02.00.00 | COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO | 137.908,01 | 140.727,44 | 141.115,31 | 144.000,00 | 146.000,00 | 147.000,00 | 149.000,00 |
| M | 1.7.2.2.01.04.00.00 | COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO | 5.923,35 | 22.233,07 | 61.428,60 | 115.000,00 | 143.000,00 | 179.000,00 | 216.000,00 |
| M | 1.7.2.2.01.13.00.00 | COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENS FINANÇ PELA PRODUÇÃO DO PETRÓLEO - LEI 7990/89 | | 2.004,02 | 1.804,52 | 1.235,62 | 1.000,00 | | 77,91 |
| M | 1.7.2.2.22.30.00.00 | TRANSFERENCIA RECURSOS ATENÇÃO BÁSICA APSUS | | 282.810,00 | 203.847,49 | 291.000,00 | 267.000,00 | 272.000,00 | 276.000,00 |
| M | 1.7.2.2.33.01.00.00 | TRANSF RECURSOS SUS - FAE - REC 496 | 291.330,01 | 222.277,21 | 271.074,41 | 285.000,00 | 245.000,00 | 239.000,00 | 233.000,00 |
| M | 1.7.2.2.33.02.00.00 | TRANSFERENCIA RECURSOS VIGIA-SUS | 81.800,00 | 221.103,75 | | | | | |
| M | 1.7.2.2.33.09.00.00 | TRANSF RECURSOS - PROG VIGIASUS | 49.391,10 | | 6.265,00 | 61.000,00 | 39.000,00 | 44.000,00 | 48.000,00 |
| M | 1.7.2.2.33.04.00.00 | CONVÊNIO TRANSPORTE ESCOLAR - F 120 | 198.241,29 | 264.321,73 | 242.294,92 | 308.000,00 | 330.000,00 | 361.000,00 | 391.000,00 |
| M | 1.7.2.2.99.99.01.00 | FEAS EMERGENCIAL 2014 - F 957 | 56.800,00 | | | | | | |
| M | 1.7.2.2.99.99.02.00 | TRANSFREC FUNDO MANUTENDESENVOLVDA EDBÁSICA E DE VALORIZPROFIE | 11.160.443,21 | 10.192.765,62 | 12.626.928,30 | 12.900.000,00 | 13.633.000,00 | 14.399.000,00 | 15.164.000,00 |
| M | 1.7.2.4.01.00.00.00 | TERMO DE PATROCÍNIO 24/1/2013 - ITAIPU | 10.000,00 | 30.000,00 | | | | | |
| M | 1.7.3.0.00.99.01.00 | RECEITA DE INCENTIVO FISCAL - DOAÇÃO DA TRACTEBEL PARA FAMESJUL | 2.000,00 | | | | | | |
| M | 1.7.3.0.00.99.02.00 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS | 70.000,00 | | 57.229,00 | 137.142,88 | 131.000,00 | 157.000,00 | 182.000,00 |
| M | 1.7.3.0.00.99.03.00 | DOAÇÃO DE IRPJ/PFUNDO MUNICIP DA CRIANÇA ADOLESC | | | 14.500,00 | 25.000,00 | 36.000,00 | 46.000,00 | 57.000,00 |
| M | 1.7.3.0.00.99.06.00 | CONV 137/2016 SEAB - AQUISIÇÃO ÓLEO DIESEL - F 975 | | | 99.997,80 | | | | |
| M | 1.7.6.2.99.02.00.00 | CONVENIO DETRAN-PR 15/2009 F-941 | 1.414,69 | | | | | | |
| M | 1.7.6.2.99.16.00.00 | CONV 077/2013 SEDU/PAM RECAP ASFALTICO | 263.000,00 | | | | | | |
| M | 1.7.6.2.99.22.00.00 | MULTAS JUROS DE MORA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA SANITÁ | 2.809,62 | 621,09 | 2.751,01 | 2.628,07 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 |
| M | 1.9.1.1.35.00.00.00 | MULTAS JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A PROP PREDIAL TERRIT UR | 13.825,49 | 7.281,45 | 12.981,89 | | | | |
| M | 1.9.1.1.38.00.00.00 | MULTAS JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A TRASIM INTER-VIVOS DE BI | 1.870,84 | 152,40 | 228,38 | | | | |
| M | 1.9.1.1.39.00.00.00 | MULTAS JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER N | 24.647,18 | 8.580,81 | 34.723,48 | 25.000,00 | 30.000,00 | 33.000,00 | 35.000,00 |
| M | 1.9.1.1.40.00.00.00 | MULTAS JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 22,00 | 8,13 | | | | | |
| M | 1.9.1.1.98.00.00.00 | MULTAS E JUROS DE MORA DE TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLI | 548,11 | 348,53 | 65,85 | | | | |
| M | 1.9.1.1.99.05.01.01 | MULTAS E JUROS DE MORA - TELEFÔNICA BRASIL SA | | | 64,16 | | | | |
| M | 1.9.1.1.99.05.01.02 | MULTAS E JUROS DE MORA DE TAXAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | | 55,82 | 150,89 | 1.641,74 | 2.000,00 | 3.000,00 | 4.000,00 |

4.000,00



| | | | | | | | | | |
|---|---------------------|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| M | 1.9.1.1.99.05.02.01 | MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS | 3.412,06 | 447,28 | 1.929,79 | 82.000,00 | 83.000,00 | 92.000,00 | 102.000,00 |
| M | 1.9.1.1.99.99.01.00 | MULTAS JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU | 40.741,13 | 72.299,04 | 42.721,57 | | | | |
| M | 1.9.1.3.11.00.00.00 | MULTAS JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI | | 193,26 | | | | | |
| M | 1.9.1.3.12.00.00.00 | MULTAS JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS | 501,71 | 7.263,93 | 4.544,25 | 12.000,00 | 14.000,00 | 17.000,00 | 20.000,00 |
| M | 1.9.1.3.13.00.00.00 | MULTAS JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA TAXA DE FISCAL E VIGILÂNCIA | 2.500,73 | 22,24 | | | | | |
| M | 1.9.1.3.35.00.00.00 | MULTAS JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHC | 7,35 | 211,47 | 44,46 | | 18,55 | | |
| M | 1.9.1.3.98.00.00.00 | MULTA JUROS DA DÍVIDA ATIVA TAXAS EM GERAL PELO EXERCÍCIO DO PODER POLÍCIA | | 5.632,90 | 8.702,99 | 21.000,00 | 27.000,00 | 35.000,00 | 43.000,00 |
| M | 1.9.1.3.99.01.00.00 | MJM DÍVIDA ATIVA TAXAS EXERC PODER POLÍCIA - EXERC CORRENTE AO Q | 1.615,76 | | | | | | |
| M | 1.9.1.3.99.01.01.00 | MULTAS E JUROS DE MORA DA DIV ATIVA TAXAS EM GERAL PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | | 17.101,50 | 7.377,83 | 5.000,00 | | | |
| M | 1.9.1.3.99.02.00.00 | MJM DA DIV ATIVA TAXAS EM GERAL PRESTAÇÃO SERVIÇOS | 12.073,18 | | | | | | |
| M | 1.9.1.3.99.02.01.00 | ENC MORAT COSIP - COBRANÇA NO CARNÊT DO IPTU | | 2.052,60 | 1.472,37 | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 |
| M | 1.9.1.4.99.00.29.02 | OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL | | 16,84 | 214,33 | | 60,21 | 51,79 | 43,37 |
| M | 1.9.1.5.99.01.00.00 | OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA - RESTITUIÇÃO ADUBO ORGÂNICO | | 24,00 | 1.032,56 | 1.100,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 3.000,00 |
| M | 1.9.1.8.99.01.00.00 | RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIO - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE | 2.522,12 | | 607,93 | | | | |
| M | 1.9.2.2.01.01.00.00 | RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIO - CONSTR E EQUIP LEITE | 18.732,88 | | | | | | |
| M | 1.9.2.2.01.02.00.00 | RESTITUIÇÕES GERAIS PREFEITURA | 30.727,06 | 1.415,93 | 21.627,17 | 20.000,00 | 15.000,00 | 14.000,00 | 13.000,00 |
| M | 1.9.2.2.99.99.01.00 | RESTITUIÇÕES PLANO SAFRA | | 102.193,84 | 189.396,18 | 360.000,00 | 471.000,00 | 597.000,00 | 723.000,00 |
| M | 1.9.2.2.99.99.02.00 | RESTITUIÇÃO FUNDO CRIANÇA E ADOLESCENTE | | 45,12 | | 3.820,87 | 5.000,00 | 7.000,00 | 9.000,00 |
| M | 1.9.2.2.99.99.03.00 | RESTITUIÇÃO DE HORAS MÁQUINA | 7.671,96 | 39.408,70 | 24.222,20 | 44.000,00 | 52.000,00 | 62.000,00 | 71.000,00 |
| M | 1.9.2.2.99.99.04.00 | RESTITUIÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO DA RODOMIÁRIA | 412,54 | 9.493,83 | 8.939,34 | 16.000,00 | 20.000,00 | 25.000,00 | 30.000,00 |
| M | 1.9.2.2.99.99.05.00 | RESTITUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA | | 24.988,51 | | | | | |
| M | 1.9.2.2.99.99.06.00 | RESTITUIÇÃO - SEBRAE | | 592,73 | | | | | |
| M | 1.9.2.2.99.99.08.00 | RESTITUIÇÃO GOV ESTADO PARANÁ - SETS | | 58.754,51 | 96.901,22 | 130.000,00 | 166.000,00 | 202.000,00 | 238.000,00 |
| M | 1.9.2.2.99.99.16.00 | RESTITUIÇÃO PREF MUNICIPAL DE CASCAVEL-PR | | | 30.051,98 | 13.644,05 | | | |
| M | 1.9.2.2.99.99.17.00 | RESTITUIÇÃO - INSS PONTA GROSSA | 96,19 | | | | | | |
| M | 1.9.2.2.99.99.22.00 | RESTITUIÇÃO - SANEPAR | | 176.099,05 | 216.996,11 | 214.000,00 | 240.000,00 | 259.000,00 | 278.000,00 |
| M | 1.9.2.2.99.99.23.00 | RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU | 296.895,85 | 211.690,98 | 215.168,36 | 194.000,00 | 153.000,00 | 123.000,00 | 92.000,00 |
| M | 1.9.3.1.11.00.00.00 | RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER N | 13.785,30 | 41.622,50 | 24.166,21 | 63.000,00 | 66.000,00 | 81.000,00 | 94.000,00 |
| M | 1.9.3.1.13.00.00.00 | RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA SANITÁ | 10.851,46 | 23.773,79 | 63.675,13 | 63.000,00 | 89.000,00 | 109.000,00 | 129.000,00 |
| M | 1.9.3.1.35.00.00.00 | RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 2.607,04 | 137,58 | 71,17 | | | | |
| M | 1.9.3.1.98.00.00.00 | RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL | | 126,74 | | | | | |
| M | 1.9.3.1.99.01.00.00 | RECEITA DIV ATIVA OUTROS TRIBUTOS - TAXAS PODER POL EXERC CORRE | 6.962,69 | | | | | | |
| M | 1.9.3.1.99.01.01.00 | RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - TAXAS EM GERAL PELA PRESTAÇÃO DE SE | | | 31,90 | | | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---------------------|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| M | 1.9.3.1.99.01.02.00 | PARCELAMENTOS - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA E OUTROS TRIBUTOS | 59.903,61 | 40.434,23 | 29.480,40 | 20.000,00 | 5.000,00 | | |
| M | 1.9.3.1.99.02.00.00 | RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE ALUGUÉIS | | | 607,20 | | | | |
| M | 1.9.3.2.11.00.00.00 | RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE ALUGUEL - RODoviÁRIA | 4.320,00 | 697,72 | | | | | |
| M | 1.9.3.2.11.01.00.00 | DÍVIDA ATIVA COSIP - COBRANCA NO CARNE DO IPTU | 30.678,11 | 19.828,61 | 14.132,05 | 15.000,00 | 7.000,00 | 1.000,00 | |
| M | 1.9.3.2.16.00.29.02 | RECEITA DE DÍVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL | | 952,90 | 345,00 | | | | |
| M | 1.9.3.2.99.01.00.00 | DÍVIDA ATIVA DE REC NÃO TRIBUTARIAS | 30.709,83 | 13.616,01 | 1.060.627,25 | 83.103,11 | 608.000,00 | 730.000,00 | 853.000,00 |
| M | 1.9.3.2.99.01.00.00 | RECEITA DE ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA | 2.050,00 | 32.742,00 | | | | | |
| M | 1.9.9.0.02.02.00.00 | DANOS NO PONTO DE TÁXI - RODoviÁRIA | 4.601,65 | 4.104,89 | 7.807,98 | | 2.000,00 | 1.000,00 | |
| M | 1.9.9.0.21.01.00.00 | RECEITAS DIVERSAS - FUNDO MIUN CRIANÇA E ADOLESCENTE | 5.000,00 | 14.379,51 | | | | | |
| M | 1.9.9.0.99.01.00.00 | RECEITAS DIVERSAS - PATROCÍNIO - CONV608000 CAIXA ECONÓMICA FEDE | 312.666,73 | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| M | 1.9.9.0.99.04.00.00 | OUT OP DE CREDITO - - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS SFM 3042/2012 | 943.190,66 | 944.769,88 | 2.141.049,68 | 1.369.309,77 | 2.061.078,76 | 2.395.051,79 | 2.739.043,37 |
| M | 2.1.1.4.99.99.01.00 | OUT OP DE CRÉDITO - PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS | 1.909.460,44 | 3.911.083,64 | 1.179.084,73 | 2.000.000,00 | 1.844.000,00 | 2.350.000,00 | 2.856.000,00 |
| M | 2.1.1.4.99.99.02.00 | ALIEAÇÃO VEÍCULOS ADQUIRIDOS COM RECURSOS NÃO VINCULADOS | 12.052,00 | 53.588,10 | 80.463,00 | 50.000,00 | 84.000,00 | 98.000,00 | 112.000,00 |
| M | | | 1.921.512,44 | 3.964.671,74 | 1.259.537,73 | 2.050.000,00 | 1.928.000,00 | 2.448.000,00 | 2.868.000,00 |
| M | 2.2.1.5.02.00.00.00 | ALIEAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS ADQUIRIDOS COM RECURSOS NÃO VINCULADOS | | 350,00 | | | | | |
| M | 2.2.1.9.02.00.00.00 | TERMO DE COMPROMISSO PAC 208190/2014 - F-135 | 255.000,00 | 76.500,00 | 127.500,00 | | | | |
| M | | | 255.000,00 | 76.850,00 | 127.500,00 | | | | |
| M | 2.4.2.1.02.01.99.01 | TRANSFERÊNCIAS FNDE PAR ESCOLA ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO - F 121 | 201.322,82 | | 654.299,15 | 300.000,00 | 526.000,00 | 622.000,00 | 717.000,00 |
| M | 2.4.2.1.02.01.99.02 | REPASSE RECURSOS FNDE ESCOLA BANCÁRIOS - F 122 | 202.218,17 | 111.219,99 | 283.105,44 | 226.000,00 | 266.000,00 | 291.000,00 | 315.000,00 |
| M | 2.4.2.1.02.01.99.03 | VIGIASUS 2014 | | | | 99.000,00 | 99.000,00 | 99.000,00 | 99.000,00 |
| M | | | 403.540,99 | 111.219,99 | 937.404,59 | 625.000,00 | 891.000,00 | 1.012.000,00 | 1.131.000,00 |
| M | 9.7.2.1.01.02.00.00 | DEDUÇÃO RECEITA DO FPM - FUNDEF/FUNDEB E REDUTOR FINANCEIRO | -3.729.532,01 | -3.904.769,59 | -4.453.981,51 | -4.264.400,00 | -4.627.000,00 | -4.842.000,00 | -5.057.000,00 |
| M | 9.7.2.1.01.05.00.00 | DEDUÇÃO RECEITA FUNDEB - ITR | -27.872,32 | -33.619,52 | -44.541,62 | -11.200,00 | -20.000,00 | -16.000,00 | -12.000,00 |
| M | 9.7.2.1.36.00.00.00 | DEDUÇÃO RECEITA FORMAÇÃO DO FUNDEF/FUNDEB - ICMS - DESONERAÇÃO | -14.274,84 | -14.726,41 | -15.804,48 | -15.800,00 | -17.000,00 | -17.000,00 | -18.000,00 |
| M | 9.7.2.2.01.01.00.00 | DEDUÇÃO RECEITA FORMAÇÃO DO FUNDEF/FUNDEB - ICMS | -1.675.403,88 | -1.882.534,85 | -2.086.658,35 | -2.280.000,00 | -2.486.000,00 | -2.687.000,00 | -2.889.000,00 |
| M | 9.7.2.2.01.02.00.00 | DEDUÇÃO RECEITA FORMAÇÃO FUNDEB - IPVA | -468.797,17 | -686.945,22 | -724.780,27 | -800.000,00 | -928.000,00 | -1.033.000,00 | -1.138.000,00 |
| M | 9.7.2.2.01.04.00.00 | DEDUÇÃO RECEITA FORMAÇÃO DO FUNDEF/FUNDEB - IPI - EXPORTAÇÃO | -27.581,28 | -28.145,44 | -28.223,13 | -28.800,00 | -29.000,00 | -29.000,00 | -30.000,00 |
| M | | | -5.943.461,50 | -6.530.741,03 | -7.353.989,36 | -7.400.200,00 | -8.107.000,00 | -8.624.000,00 | -9.144.000,00 |